

INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSA  
E «MODELOS» DE DESENVOLVIMENTO:  
UM ESTUDO NO DISTRITO DE AVEIRO

ARTUR DA ROSA PIRES

1. INTRODUÇÃO

A industrialização difusa é frequentemente apontada como um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo de desenvolvimento industrial clássico. Este último é caracterizado pela crescente concentração (isto é, crescimento mais acentuado das maiores empresas) e centralização (isto é, redução progressiva do número de empresas num dado sector) do aparelho produtivo. A estas tendências é normalmente associada a da concentração espacial da força de trabalho e dos meios de produção. O crescimento industrial difuso, pelo contrário, é caracterizado pela predominância de pequenas e médias empresas dispersas territorialmente por pequenos aglomerados onde a população tende a desenvolver estratégias de pluriactividade, das quais se destaca a simultânea manutenção da actividade agrícola e a crescente participação em actividades industriais. Trata-se, por outras palavras, de um processo de industrialização sem crescimento urbano significativo.

Os estudos mais recentes da industrialização em áreas rurais receberam um grande impulso dos estudos do crescimento das empresas multinacionais e multirregionais e das suas estratégias de produção e localização (CARNEY *et al.*, 1980, p. 22-24). Estes estudos procuravam essencialmente uma explicação para os processos simultâneos de desindustrialização de áreas metropolitanas e de crescimento industrial em

aglomerados urbanos de menores dimensões ou mesmo rurais (isto é, «the urban-rural shift»). Em termos gerais poder-se-á afirmar que estes estudos fizeram notar que as mais recentes inovações tecnológicas no processo produtivo permitiram hierarquizá-lo, subdividindo-o em três fases principais, nomeadamente a de concepção, a de produção e a de montagem. A cada uma destas fases está normalmente associado um tipo de «região económica» (LIPIETZ, 1980, p. 67-71), isto é, uma área de localização preferencial com características específicas. As áreas rurais enquadrar-se-iam essencialmente no tipo de «região económica» onde predomina a terceira fase do processo de produção, que requer pouca ou nenhuma especialização técnica e tem carácter intensivo em trabalho. As vantagens oferecidas pelas áreas rurais residem na oferta de mão-de-obra abundante, frequentemente com pouca experiência industrial e sem tradição de associativismo e militância (MASSEY, 1979, p. 237). De acordo com LIPIETZ (1977, 1980), a oferta de mão-de-obra resulta essencialmente dum processo gradual de diferenciação do campesinato e a consequente expulsão, da terra, dos produtores mais débeis, que terão necessariamente de procurar a sua integração noutros sectores económicos, localmente ou através da emigração. Para LIPIETZ, o crescimento das empresas multirregionais e multinacionais, e a consequente proliferação de empresas-filiais geograficamente separadas da empresa-sede, vêm permitir a industrialização local em muitas destas áreas onde o processo de diferenciação camponesa se tem acentuado. Surge assim um padrão de industrialização contrastante com o de fases anteriores do processo de desenvolvimento em que a norma era a emigração para os grandes centros urbanos (LIPIETZ, 1980, p. 70).

Esta visão homogeneizante do processo de industrialização contemporânea de áreas rurais poder-se-á dizer que reflecte parte mas não toda a realidade. MINGIONE (1981, 1983), por exemplo, identifica várias causas e possíveis estratégias de descentralização produtiva, distinguindo entre formas de descentralização directa, que envolvem a criação de empresas-filiais ou complexos industriais territorialmente dispersos, e formas de descentralização indirecta, que normalmente envolvem o recurso à subcontratação e se apoiam na rede de pequenas

e médias empresas preexistente. Desta nova abordagem ressalta a possibilidade do crescimento industrial em áreas rurais se poder processar com base em empresas de iniciativa local e não necessária e exclusivamente em empresas-filiais dependentes de centros de decisão exteriores à região. Contudo, a dinâmica interna destes «sistemas de industrialização periférica» é equacionada à lógica estratégica da indústria «central», pelo que à industrialização difusa é associado um carácter dependente e meramente temporário. Por outras palavras, a industrialização difusa é vista como «um meio de adiar a crise» conducente a um «desenvolvimento regional bloqueado» (CARNEY *et al.*, 1980b, p. 22-23).

A lógica de dependência acima referida é rejeitada por outros autores, nomeadamente BAGNASCO (1977, 1981), PACI (1981) e FUA (1983). A tese defendida por estes últimos é que a industrialização difusa não se esgota em estratégias de descentralização, embora delas tenha beneficiado significativamente. Centrando a análise na chamada «economia periférica», BAGNASCO (1977) faz notar as raízes históricas do processo de crescimento industrial difuso, cujas origens são muito anteriores às tendências actuais de descentralização produtiva. Por outro lado, BAGNASCO reconhece a predominância do sector das pequenas e médias empresas na «economia periférica» mas argumenta que existem «formas diversas de pequena empresa» (BAGNASCO, 1977, p. 138) que desempenham diferentes funções económicas no aparelho produtivo global. Assim, BAGNASCO diferencia, por exemplo, i) as pequenas empresas que assumem «funções de vanguarda, introduzindo inovações» das ii) que revelam um «carácter retrógrado, ocupando espaços económicos já não rendíveis às empresas de maior dimensão», e ainda das iii) que possuem capacidade suficiente para estabelecer «relações de complementaridade» com o sector das grandes empresas (BAGNASCO, 1977, p. 140).

BAGNASCO sublinha também a capacidade de adaptação/transformação (de algumas) das pequenas empresas e é a análise da sua dinâmica interna que o leva a afirmar que «a economia periférica tende a reproduzir-se no tempo [e no território], sem uma evolução para empresas de grande dimensão» (BAGNASCO, 1977, p. 185). Fica no entanto em aberto uma questão importante, relacionada com as caracte-

rísticas da formação social que favorecem o «processo de reprodução» a que alude BAGNASCO. O trabalho de PACI (1981) constitui um grande avanço na análise dessa questão, não só pelo potencial explanatório da sua abordagem como também pelas inovações metodológicas que introduz no processo de aquisição de conhecimento. PACI propõe-se explicar, por um lado, o fenómeno da micro-empresarialidade que anima as estruturas económicas locais e, por outro lado, o baixo custo e a flexibilidade que caracterizam a mão-de-obra local. E faz notar a inadequação e as insuficiências que para tal fim revelam as análises conduzidas em termos meramente «económicos» (no sentido que decorre da tradicional divisão disciplinar do conhecimento) e, por maioria de razão, em termos meramente sectoriais. Assim, PACI introduz na análise o papel da família, cuja centralidade ele sublinha (PACI, 1981, p. 118) e que chega a designar por «comunidade doméstica» (idem, p. 105) para melhor expressar os laços de interdependência gerados nas estratégias de produção e de reprodução da força de trabalho que nela se desenvolvem. Chamando depois a atenção para a importância que o sector e a actividade agrícola assumem, não só como fonte adicional de rendimento, mas também na criação de condições propícias à manutenção de valores culturais tradicionais que ganham relevo e actualidade em fases recentes do desenvolvimento local, PACI (1980, p. 109-124) traça uma curiosa evolução histórica da Província de Marche (na Itália Central) desde a parceria agrícola do início do século até à industrialização difusa dos anos setenta. Caberá aqui realçar a ausência, na abordagem de PACI, do «determinismo evolutivo» que caracterizava a análise de LIPIETZ, ausência que fica bem ilustrada na análise e explicação das transformações ocorridas no sector agrícola de Marche (que, refira-se, não se coadunam com as previsões de LIPIETZ).

O corpo teórico que acabei de referir revela-se, a meu ver, particularmente relevante para a realidade portuguesa. E é-o, antes de mais, porque a industrialização difusa é factor caracterizante de parte do seu território — o Norte e Centro Litoral. Mas é-o também porque se assiste desde há cerca de uma década à reestruturação territorial da actividade produtiva (FERRÃO, 1983; MARTINS *et al.*, 1985; REIS, 1985), que

sugere a existência de tendências de descentralização produtiva de que terão sido elementos catalisadores as alterações institucionais ocorridas na esfera laboral após o 25 de Abril.

Este trabalho constitui uma abordagem introdutória ao estudo da industrialização difusa em Portugal. A análise centrar-se-á na estrutura industrial de dois concelhos do distrito de Aveiro, procurando obter uma perspectiva histórica do seu desenvolvimento e explorar com algum detalhe a «natureza» da indústria local. Procurar-se-á ainda identificar factores que possam ajudar à compreensão dos elementos caracterizantes revelados pela análise e concluir-se-á pela necessidade de uma abordagem que terá necessariamente de extravasar os limites sectoriais da economia industrial. Duas questões estarão subjacentes ao desenrolar de toda a análise: a primeira consiste em saber em que medida estamos perante um «modelo» de desenvolvimento de características homogéneas; a segunda consiste na tentativa de avaliação das possibilidades de intervenção planeada sobre os mecanismos de desenvolvimento deste tipo de crescimento industrial.

## 2. A INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSA NA REGIÃO DE AVEIRO

### 2.1. Introdução

O distrito de Aveiro, sendo um dos mais industrializados do país, apresenta contudo um nível de urbanização bastante baixo. Os concelhos de Águeda e Feira, que são dos mais industrializados no distrito, não possuíam, à data em que a investigação foi iniciada, qualquer aglomerado urbano <sup>(1)</sup>. Tais características tornavam-os particularmente atractivos enquanto objecto de investigação, dados os propósitos que presidem à realização deste trabalho..

O concelho da Feira, com 210 km<sup>2</sup> de superfície, situa-se na parte norte do distrito de Aveiro e é densamente povoado. O seu processo de industrialização, onde é predominante o sector corticeiro, remonta aos inícios deste século. O concelho de Águeda, situado na zona de transição entre a planície

---

<sup>(1)</sup> As vilas de Águeda e Santa Maria da Feira foram recentemente elevadas à categoria de cidade. Não cremos, contudo, que tal facto afecte significativamente os argumentos aqui expressos.

litoral e as áreas de montanha do interior, estende-se por cerca de 340 km<sup>2</sup> e apresenta uma densidade populacional superior ao valor nacional mas bastante inferior à verificada no concelho da Feira. O crescimento industrial em Águeda, onde o sector da metalomecânica é preponderante, só assume níveis significativos a partir da década de sessenta.

### QUADRO 1

#### Estruturas locais de emprego (1950-81)

		População activa (000's)	Sectores de actividade		
			Primário (%)	Secundário (%)	Terciário (%)
Águeda	1950	12.6	54	22	20
	1960	12.5	42	38	19
	1970	13.6	27	54	19
	1981	19.8	20	61	20
Feira	1950	24.9	30	56	14
	1960	30.2	18	70	12
	1970	34.8	10	71	19
	1981	47.2	6	73	21
Contin.	1950	3005.1	49	24	27
	1960	3126.2	44	29	27
	1970	2988.2	32	32	33
	1981	3659.9	19	39	42

Fonte: INE, Recenseamentos da População.

O quadro 1 permite constatar que o concelho de Águeda apresentava em 1950 características predominantemente agrícolas, enquanto em 1970 é já no sector secundário que trabalha mais de metade da população activa. O concelho da Feira, pelo contrário, apresentava em 1950 sinais bem evidentes dum significativo crescimento industrial, que se acentuaria na década de cinquenta e que continuaria a ocorrer, ainda que menos marcadamente, nas décadas seguintes.

Convirá chamar a atenção para o facto de o quadro 1 não revelar a participação feminina na actividade económica. Uma análise mais detalhada mostraria que em 1981 a participação feminina na actividade económica é mais elevada em Águeda e Feira do que no Continente. Tal facto tem vindo

a ocorrer na Feira desde, pelo menos, 1950 (COOKE e ROSA PIRES, 1985, p. 545), enquanto que em Águeda a participação feminina só depois de 1960 se irá acentuar significativamente. Será no entanto necessário acrescentar que o padrão de participação é diferente nos dois concelhos: enquanto na Feira cerca de 70% da participação feminina ocorre no sector secundário e apenas 10% no sector primário (quer em 1970 quer em 1981), em Águeda os níveis correspondentes rondam os 50 e 30% respectivamente. Se é legítimo pensar que o «desfasamento» temporal do processo de crescimento industrial nos dois concelhos de alguma forma explica a diversidade de padrões encontrada, convirá também não ignorar a influência quer da estrutura de emprego global quer da especialização sectorial da indústria local.

Antes de avançarmos para uma análise mais pormenorizada da estrutura industrial local convirá chamar a atenção para o facto de os dados dos Recenseamentos da População serem, por si sós, ambíguos no que respeita ao carácter local do crescimento industrial, podendo antes reflectir situações de migração pendular em que a população residente é economicamente activa em empresas não localizadas no concelho de residência. Os quadros 2.1 e 2.2 sumarizam e contrapõem os resultados dos recenseamentos da população por um lado, e dos recenseamentos industriais por outro, permitindo simultaneamente analisar a especialização da indústria local e obviar a questão que acabamos de referir.

O quadro 2.1 evidencia estruturas produtivas bastante diferenciadas nos dois concelhos. Adoptando a terminologia que XAVIER PINTADO propunha a meados da década de sessenta (PINTADO, 1964, p. 172-173), poderemos dizer que, enquanto Águeda se especializa em sectores «modernos» (metalomecânica e básicas), a Feira apresenta um grau de especialização aparentemente menos acentuado onde é preponderante o sector «tradicional» da madeira e cortiça. A análise da estrutura industrial local, a um nível de desagregação sectorial mais fino (quadro 2.2), permite confirmar o padrão de especialização produtiva acima referido. Mais ainda, permite identificar claramente o sector corticeiro como o de maior importância na Feira, e os (sub)sectores dos produtos metálicos

## QUADRO 2.1

Estrutura produtiva local (população residente)

Sector de actividade	Águeda			Feira			Continente		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Total (000's)	2.5	4.1	6.1	11.4	17.5	21.2	569.3	668.5	703.1
Vest. e Calçado (%)	13	9	4	31	26	24	22	19	13
Mad. e Cortiça (%)	7	7	6	37	43	41	16	14	15
Min. não Metál. (%)	13	12	12	0	1	1	4	6	7
M. Base e P. Met. (%)	49	58	59	15	15	18	14	21	22
Outros (%)	18	14	19	17	15	16	44	40	43

Fonte: INE, Recenseamentos da População.

## QUADRO 2.2

Estrutura produtiva local (indústria local)

Sector de actividade	Águeda		Feira		Continente	
	1959	1971	1959	1971	1959	1971 *
Total (000's)	3.8	8.4	10.9	17.0	581.7	666.2
Calçado (%)	0	0	12	17	2	3
Cortiça (%)	0	0	40	38	4	2
Papel (%)	3	3	10	11	5	5
Min. não Metálicos (%)	17	12	1	3	8	8
Produtos Metálicos (%)	32	33	12	9	9	8
Mat. de Transporte (%)	27	26	3	1	8	7
Outros (%)	21	26	22	21	64	67

\* Referem-se apenas estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

Fonte: INE, Recenseamentos Industriais.

e de material de transporte como os de maior relevo em Águeda <sup>(2)</sup>.

Em relação à segunda questão que pretendíamos abordar, sobre o carácter local do desenvolvimento industrial, é possível

<sup>(2)</sup> Uma análise mais detalhada da evolução da estrutura produtiva em ambos os concelhos revelaria que tem ocorrido um processo de diversificação sectorial (ROSA PIRES, 1983, p. 33), cuja relevância quantitativa é apenas marginal mas que poderá ser indício de alterações qualitativas mais profundas (nomeadamente dos tipos de relações inter-empresas) que a metodologia de análise adoptada não permite, contudo, averiguar.



identificar situações diferentes nos dois concelhos. De facto, comparando os valores absolutos do emprego industrial fornecidos pelos dois tipos de recenseamento, conclui-se que o fenómeno da migração pendular era particularmente significativo no concelho da Feira nos finais da década de cinquenta, quando a oferta local de emprego industrial constituía apenas 60 % do número total de residentes com emprego na indústria transformadora. A deficiente cobertura do *Recenseamento Industrial* de 1959 poderá introduzir dúvidas quanto à amplitude do fenómeno mas não quanto à sua existência. Esta situação modifica-se no decorrer da década de sessenta e em 1970/71 a oferta local de emprego constitui já cerca de 80 % da «procura» local de empregos industriais, tendo entretanto assumido implantação local alguns sectores que anteriormente se localizavam essencialmente fora do concelho, nomeadamente a indústria do calçado. Tal facto chama a atenção para um aspecto curioso: enquanto os recenseamentos da população sugerem um período de crescimento industrial pouco intenso na década de sessenta (2.1 % por activo), os recenseamentos industriais mostram que a industrialização local assumiu, naquela década, uma intensidade de crescimento bastante acentuada (4.7 % por activo).

Em Águeda a situação encontrada difere marcadamente da identificada no concelho da Feira. De facto, nos finais da década de cinquenta a «oferta» local de emprego constituía cerca de 90 % do número total de residentes com actividade económica na indústria transformadora; em 1970/71, a proporção correspondente era já de 130 %, o que significa que o fenómeno de emigração pendular se fará notar sobretudo nos concelhos vizinhos de Águeda. Esta situação também evidencia a existência em Águeda de uma deficiência no volume da oferta local de mão-de-obra, que poderá vir a influenciar estratégias futuras de investimento.

Não foi realizado qualquer outro recenseamento industrial desde 1971, o que torna pouco significativo, para o fim em vista, a consideração dos resultados do mais recente *Recenseamento da População*. Contudo, foi possível obter as estatísticas do Ministério do Trabalho referentes ao ano de 1981 que, apesar da diferente metodologia dos processos de recolha, permitem lançar alguma luz sobre a evolução mais recente

do processo de industrialização local. O quadro 3 permite constatar uma desaceleração acentuada do ritmo de crescimento do emprego industrial em ambos os concelhos. Tal desaceleração, mais acentuada em Águeda que na Feira, deverá ser vista à luz de tendências nacionais conformes, mas a sua amplitude exige, sem dúvida, explicações adicionais. Fica pois por determinar até que ponto tal amplitude é empolada pelo próprio alargamento da base numérica da situação de partida (que, aumentando, tende a minorar valores percentuais) ou

QUADRO 3

Crescimento do emprego industrial local

	1959	1971	0/0 por ano	1971	1981	0/0 por ano
Águeda	3779	8414	10.2	8414	10504	2.5
Feira	10860	17047	4.7	17047	21684	2.7
Contín.	581761	725388	2.1	725388	817784	1.3

Fontes: INE, Recenseamentos Industriais (1959, 1971).

Ministério do Trabalho, Estatísticas Anuais (1981).

reflecte antes novas estratégias de investimento, nomeadamente o recurso a equipamentos capital-intensivos e *laboursaving*. Antes de adiantarmos algo mais sobre esta última questão vamos «consolidar» a análise do carácter periférico do processo de industrialização, constatando ou não a predominância das pequenas e médias empresas nos concelhos em estudo.

Não nos foi possível obter os dados do emprego por dimensão de empresa, a nível concelhio, através dos recenseamentos industriais de 1959 e 1971. As estatísticas do Ministério permitem-nos suprir essa lacuna e o quadro 4 reflecte os dados obtidos para 1981. O que mais ressalta da análise do quadro 4 é a predominância, nos dois concelhos, das pequenas e médias empresas — apesar da já relativamente longa história do processo de industrialização. De facto, enquanto a nível local as empresas com menos de 100 empregados são responsáveis por cerca de 60 % do emprego total, a nível nacional elas representam apenas cerca de 40 % do total. Mais ainda, não deixa de ser significativa a inexistência,

em Águeda, de empresas com mais de 500 empregados, bem como a fraca representação, na Feira, desse tipo de empresas. Contudo, o facto de na Feira existirem algumas grandes empresas alerta para a necessidade de se falar em termos de tendências predominantes e de evitar abordagens em termos exclusivistas do processo de desenvolvimento.

O que acima ficou dito sobre a existência de algumas grandes empresas na Feira é já um indicador da heterogeneidade que uma vez mais se verifica entre os dois concelhos.

#### QUADRO 4

##### Emprego industrial por dimensão de empresa

	Total de activos	Dimensão de empresa (por n.º de activos)				
		00-19	20-99	00-99	100-499	> 500
	(000's)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Águeda	10504	13.8	42.0	55.8	44.2	0.0
Feira	21684	19.6	42.2	61.8	32.1	6.1
Contin.	817784	14.3	28.3	42.6	32.0	25.4

Fonte: Ministério do Trabalho, Estatísticas Anuais (1981).

Para além da diferente representação das grandes empresas, também as «muito pequenas» (isto é, com menos de 20 empregados), estão menos representadas em Águeda do que na Feira, sugerindo assim uma estrutura mais polarizada neste último concelho. Em Águeda, é o sector da «média» empresa (entre 100 e 500 empregados) que predomina. Esta diferenciação reflectirá com certeza a especialização produtiva dos dois concelhos, mas interessará também averiguar até que ponto esta estrutura dimensional diferenciada é indicadora de outras diferenças no que toca à «natureza» da indústria local. É a esta questão que dedicaremos os próximos parágrafos.

### 2.2. A natureza da indústria local

A «natureza» da indústria local será abordada com o auxílio de três indicadores: produtividade, intensidade de capital e remunerações. O primeiro indicador que vamos con-

siderar procurará reflectir o nível de «eficiência» da indústria local, medida através da razão entre o valor acrescentado bruto e o número de activos na indústria. Na construção do quadro 5, e para caracterizar o período mais recente, foi necessário recorrer aos valores fornecidos pelas Estatísticas Anuais da Indústria Transformadora que se baseiam numa amostra e não na totalidade das empresas — um facto que não pode deixar de afectar as expectativas de generalização (da interpretação) dos resultados. Recorremos também aos

QUADRO 5

Produtividade da indústria local \*

	1959	1971	1978	1979	1980	1981	1982
Agueda	81	81	115	101	98	99	92
Feira	80	65	76	85	111	83	81
Porto	90	84	87	90	88	92	91
Lisboa	160	133	127	124	119	126	133
Contin.	100	100	100	100	100	100	100

\* Valores Indexados do Valor Bruto de Produção por Activo.

Fontes: INE, Recenseamentos Industriais (1959, 1971).

INE, Estatísticas Anuais da Indústria Transformadora.

valores dos distritos de Lisboa e Porto que nos permitirão um melhor enquadramento dos valores obtidos nos dois concelhos. O quadro 5 revela, antes de mais, um processo gradual de convergência dos níveis de produtividade, o que contraria abertamente a tese do carácter «retrógrado» da pequena empresa que pressupõe um crescente diferencial entre os sectores «modernos» e «residuais» da indústria transformadora. Também saliente é o facto de a indústria de Águeda ter sido capaz de acompanhar, durante a década de sessenta, os níveis de produtividade industrial que então se elevaram significativamente em termos nacionais (BAKLANOFF, 1979, p. 803-804; FREIRE DE SOUZA, citado em LIPIETZ, 1983, p. 19). Entretanto, nos finais da década de setenta, os níveis de produtividade registados em Águeda eram já superiores aos do distrito do Porto — numa situação inversa à dos anos cinquenta.

O concelho da Feira apresenta tendências evolutivas diferentes das identificadas em Águeda. O nível relativo de

produtividade decresce ao longo dos anos sessenta (que foi, recorde-se, um período de intensa industrialização local — ver quadro 3), mas esta tendência decrescente é invertida ao longo da década seguinte. A evidência empírica disponível permite pois defender que a pequena e média empresa não são necessariamente ineficientes e, sobretudo, não são necessariamente cada vez mais ineficientes. Ficou por esclarecer, contudo, a razão das alterações verificadas nos níveis relativos de produtividade. A consideração da intensidade de capital da indústria local e das variações no investimento permitirá reunir alguns elementos de resposta à questão levantada.

Os quadros 6.1 e 6.2 procuram lançar luz sobre a dinâmica do investimento industrial nos dois concelhos em estudo. O quadro 6.1 reflecte os valores do capital fixo existente, que

QUADRO 6.1  
Intensidade de capital da indústria local \*

	1959	1971
Agueda	51	62
Feira	40	43
Contin. **	100	100

\* Valores Indexados de Bens de Capital Fixo por Activo.

\*\* Inclui Açores e Madeira em 1971.

Fonte: INE, Recenseamentos Industriais.

QUADRO 6.2  
O investimento na indústria local \*

	1959	1971	1978	1979	1980	1981	1982
Agueda	117	96	128	85	137	146	65
Feira	34	38	52	46	70	147	75
Porto	79	72	51	76	89	86	60
Lisboa	147	84	70	62	69	71	68
Contin.	100	100	100	100	100	100	100
(mediana)	81	83	60	64	82	77	57

\* Valores Indexados de Formação Bruta de Capital Fixo por Activo.

Fontes: INE, Recenseamentos Industriais.

INE, Estatísticas Anuais da Indústria Transformadora.

são fornecidos pelos recenseamentos industriais de 1959 e 1971. Nele se pode constatar que a indústria de Águeda aumentou naquele período o seu nível relativo de intensidade de capital — o que não deixa de ser notável dada a coincidência temporal com o surto de investimento estrangeiro, que teve lugar essencialmente nas regiões de Lisboa e Setúbal. A indústria da Feira, contudo, apenas melhora marginalmente a sua posição relativa, o que não poderá deixar de estar relacionado com a quebra nos valores da produtividade relativa que o quadro 5 deixa transparecer.

Para a análise do período mais recente ter-se-á de recorrer, uma vez mais, aos dados das Estatísticas Anuais da Indústria Transformadora que, para além de se referirem apenas a uma amostra da indústria local, reflectem apenas o investimento anual e não o capital fixo existente. O investimento, apesar de mais sensível a circunstâncias conjunturais e portanto sujeito a maiores variações anuais, não deixa de revelar tendências de evolução na intensidade de capital fixo, pelo que o julgamos de grande utilidade para o presente trabalho. O quadro 6.2 evidencia os valores da Formação Bruta de Capital Fixo por activo na indústria para o período de 1978 a 1982, a que se juntaram os valores fornecidos pelos inquéritos industriais de 1959 e 1971. Nele é também indicado o valor da mediana, calculada a nível distrital, para obviar à «distorção» que é introduzida, a nível nacional, pelos (grandes) investimentos no complexo de Sines.

Os dados relativos a 1959 e 1971 confirmam a hipótese de investimento significativo em Águeda na década de sessenta, evidenciando também a sua quebra relativa para os finais da década, face ao «peso» do investimento estrangeiro. No concelho da Feira, por outro lado, os baixos valores do investimento num contexto de crescimento industrial local significativo são indício claro de uma baixa intensidade relativa de capital <sup>(2)</sup>. As tendências mais recentes sugerem contudo

---

(<sup>2</sup>) Uma análise mais detalhada da evolução da estrutura produtiva em ambos os concelhos revelaria que tem ocorrido um processo de diversificação sectorial (ROSA PIRES, 1983, p. 33), cuja relevância quantitativa é apenas marginal mas que poderá ser indício de alterações qualitativas mais profundas (nomeadamente dos tipos de relações interempresas) que a metodologia de análise adoptada não permite, contudo, averiguar.

algumas alterações à situação acima descrita. De facto, não só a indústria de Águeda apresenta valores relativos muito acima da mediana, como também a indústria da Feira tende a reduzir gradualmente o «fosso» que a separava dos níveis nacionais de intensidade de capital. Estas circunstâncias não deixarão de contribuir para a explicação dos aumentos de produtividade relativa que foram identificados nos finais da década de setenta <sup>(8)</sup>.

O que acima ficou dito vem sublinhar duas questões que julgamos merecedoras de particular destaque. A primeira refere-se à heterogeneidade relativa dos elementos caracterizadores e das tendências evolutivas nos dois concelhos, que uma vez mais ficou claramente evidenciada. A segunda refere-se à própria dinâmica e natureza do investimento que, longe de se coadunar com tendências lineares de variação (ou estagnação), sugere uma capacidade de transformação cujas implicações não podem ser ignoradas. De facto, se fica claro o factor de indeterminação que é inerente ao processo de desenvolvimento, fica também evidenciada a possibilidade de intervenção planeada nesse desenvolvimento de modo a potenciar a capacidade de transformação que acabámos de referir.

A consideração da natureza e níveis de investimento permitiu lançar alguma luz nas variações dos níveis relativos de produtividade, mas levanta ou deixa ainda em aberto outras questões, nomeadamente a da razão de ser do crescimento industrial continuado que se constata nos dois concelhos. A análise do custo da mão-de-obra permitir-nos-á com certeza avançar um pouco na compreensão da questão agora levantada. O quadro 7 sumaria a informação disponível, com recurso, uma vez mais, às Estatísticas Anuais da Indústria Transformadora.

Um primeiro aspecto a realçar prende-se com o facto de, apesar do já relativamente longo processo de industrialização em ambos os concelhos, o nível relativo de remunerações ser

---

<sup>(8)</sup> Curiosamente, no concelho de Águeda e entre 1976 e 1978, os níveis relativos de produtividade variaram entre 117 % e 115 %. Tais valores poderão dificilmente imputar-se exclusivamente ao aumento de intensidade de capital ou a variações da amostra estatística. Deverão reflectir também a ausência de conflitos laborais e da ruptura do processo produtivo a eles associado (ver CRISTOVAM, 1982, p. 84-88).

sensivelmente inferior ao valor nacional (nomeadamente no que respeita ao concelho da Feira). Este facto é tanto mais de salientar quanto é reconhecida a inexistência ou pouca representatividade de conflitos laborais nos dois concelhos em estudo. Em segundo lugar deverá notar-se que quer os níveis de remuneração quer as suas tendências evolutivas diferem significativamente nos dois concelhos. A década de sessenta é marcada em Águeda pela elevação substancial do nível relativo de remuneração, o que poderá explicar parcialmente o «abandono» maciço da actividade agrícola a tempo inteiro que então se verificou, como terei oportunidade de referir. Entretanto, na Feira, o processo de industrialização local na década de sessenta, associado a uma descida dos níveis de produtividade, é também caracterizado por uma descida dos níveis relativos de remuneração.

## QUADRO 7

As remunerações na indústria local \*

	1959	1971	1978	1979	1980	1981	1982
Águeda	73	88	92	91	92	84	84
Feira	70	67	73	72	79	74	71
Contin.	100	100	100	100	100	100	100

\* Valores Indexados de Remunerações por Activo.

Fontes: INE, Recenseamentos Industriais.

INE, Estatísticas Anuais da Indústria Transformadora.

A informação disponível para o período mais recente sugere alterações nestas tendências evolutivas. Assim, em Águeda não é claro que tenha havido um aumento significativo no nível relativo de remunerações, numa evolução contrastante com o aumento da produtividade relativa a que já fizemos referência. Na Feira, pelo contrário, nota-se um ligeiro aumento no nível de remunerações que é contudo largamente «compensado» (em termos de custos unitários de produção) pelos aumentos de produtividade verificados. Convirá contudo realçar que os níveis relativos de remuneração continuam, em ambos os concelhos, inferiores ao valor nacional,



e que os de Águeda são ainda significativamente superiores aos observados na Feira.

A existência continuada de baixas remunerações poderá sem dúvida contribuir para a explicação, ainda que a não esgote, do processo de crescimento industrial continuado. Só que surge entretanto a questão de como explicar a existência continuada de baixas remunerações. É nosso argumento que tal se deve, em grande parte, a condições particulares de reprodução da força de trabalho, entre as quais se destacam estratégias de pluriactividade que envolvem, essencialmente, a actividade agrícola. Contudo, e antes de analisarmos mais detalhadamente essa questão, iremos abordar o fenómeno da industrialização difusa de um ponto de vista sectorial, que nos permitirá debruçar sobre dois aspectos fundamentais: a natureza do capital empresarial e o grau de «autonomia» da indústria local.

### *2.3. Industrialização difusa: uma abordagem sectorial*

Poderá ser argumentado que a análise desenvolvida se baseou num nível de agregação inadequado (total de indústria), e que deveria antes ter sido centrada nos (sub)sectores de especialização, já que terão sido esses os que encontraram, a nível local, condições (mais) favoráveis ao seu desenvolvimento. Tenho para mim que os dois tipos de análise se não excluem e poderão ser complementares. O estudo detalhado do sector corticeiro da Feira e do da metalomecânica de Águeda foi de facto tentado, mas cedo se levantaram grandes dificuldades metodológicas, decorrentes por um lado das restrições de sigilo estatístico associadas à simultaneidade de baixos níveis de desagregação espacial e sectorial e, por outro lado, das circunstâncias em que a investigação foi desenvolvida, que apenas permitiam visitas esporádicas aos dois concelhos. Foi contudo possível recorrer a um estudo do sector corticeiro realizado na CCRN (1979) e proceder a uma recolha directa de dados em Águeda, que complementamos com o recurso a outro inquérito recente, de iniciativa da autarquia local e que gentilmente foi cedido para consulta. Alguns contactos com informadores privilegiados permitiram a obtenção de outros dados de muita utilidade.

A indústria corticeira caracteriza-se por um elevado nível de concentração geográfica. A grande maioria das empresas localizam-se ou no concelho da Feira ou nalguns concelhos do distrito de Setúbal. A proporção do número de empresas localizadas na Feira tem vindo a aumentar gradualmente desde os anos sessenta, tendo esta tendência sido particularmente acentuada após 1974, com o aumento do número de empresas locais num contexto de redução do total de empresas a nível nacional. Esta disparidade de tendências sugeriu-nos a hipótese de ocorrência de transferências directas de investimento produtivo do Sul para o Norte do país. Foi pois com alguma surpresa que constatámos, através da Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça, que a percentagem de empresas cujos donos eram residentes no concelho se elevava de 95 % antes de 1974 para 99 % após aquela data. O carácter local do processo de industrialização é inegável.

No concelho de Águeda, a origem local do capital empresário é também característica dominante. De facto, e apesar da questão da propriedade das empresas não ter sido posta directamente, 33 dum total de 43 inquiridos (no conjunto dos dois inquéritos) responderam afirmativamente a questões com ela relacionadas (por exemplo, localização de empresas junto à residência dos fundadores). O carácter endógeno do processo de desenvolvimento industrial em Águeda não está pois em dúvida (REIS, 1986, p. 13-15).

Uma outra questão de grande interesse é a da existência ou não de relações de dependência da indústria local com o exterior. A natureza do capital empresário pode obviamente situar-se no âmbito desta questão, mas nela ganham particular relevância as características dos circuitos comerciais de aprovisionamento e de comercialização da produção (\*).

No que respeita ao sector corticeiro convirá sublinhar que, na Feira, cerca de 90 % da produção se destina ao mercado externo. Esta dependência está no entanto associada a significativas flutuações de procura que, por exemplo, de 1972 a 1975 variou de 123 a 62 % da produção total. É neste

---

(\*) Convirá referir que os contratos de transferência tecnológica correspondem frequentemente a perdas de autonomia de decisão (ROLO, 1977, p. 107-170). Neste trabalho não foi possível desenvolver esta questão.

contexto que, como nos revela o estudo da CCRN (1979, p. 323), «as grandes empresas praticam a subcontratação, distribuindo encomendas vultuosas que não podem satisfazer ou que outras poderão fabricar com custos mais reduzidos». Curiosamente, tais relações estendem-se aos circuitos de obtenção de matéria-prima que requerem a «existência de um fundo de maneio elevado» (CCRN, 1979, p. 119-120), condição que só as grandes empresas podem satisfazer. Desta forma, são «as grandes empresas [que] financiam ou avalizam o financiamento bancário dos subcontratados» (CCRN, 1979, p. 323).

O que acabamos de dizer de alguma forma explica a dualidade da estrutura dimensional da Feira e os baixos valores da intensidade de capital da indústria local. Para além disso, contribui para a explicação do carácter continuado do crescimento industrial a que já fizemos referência. De facto, a flexibilidade produtiva do sector corticeiro na Feira, que se adapta particularmente bem às condições de flutuação de procura que caracterizam o sector, contrasta com a «rigidez» que tradicionalmente é reconhecida à mão-de-obra da área de Setúbal e que se terá acentuado após o 25 de Abril de 1974. Interessará pois saber quais as condições que permitem tal flexibilidade produtiva e, talvez mais importante ainda, interessará saber quais as condições que têm permitido manter essa flexibilidade. É nosso argumento que a prática da agricultura a tempo parcial não só constitui fonte importante de rendimento suplementar, como propicia a manutenção de valores ideológicos e culturais que estão subjacentes às características de flexibilidade e ausência de conflitualidade laboral que temos vindo a referir (ROSA PIRES, 1985, p. 9-11).

A indústria metalomecânica de Águeda tem características radicalmente diferentes das identificadas no sector corticeiro da Feira. No que respeita ao circuito de comercialização da produção, nem o mercado externo nem o mercado local parecem assumir particular relevância. É ao mercado nacional que se dirige parte substancial da produção — normalmente canalizada por vários revendedores. Quanto às relações inter-empresas, em termos de processo produtivo, elas eram praticamente inexistentes ou de carácter esporádico ou, ainda, como nos fez notar um dos empresários inquiridos, de ajuda

em casos de emergência. A ideia a reter do crescimento industrial de Águeda é pois a de «expansão por demonstração», em que ex-empregados munidos de conhecimentos técnicos adquiridos *in situ* ou através da agora extinta Escola Técnica se decidiam a fundar a sua própria empresa à imagem e semelhança daquela onde trabalhavam. Convirá realçar que tal processo pressupõe uma conjuntura favorável de expansão de mercado, cujo colapso irá inevitavelmente agudizar situações de concorrência e propiciar novas estratégias de investimento e produção. É de facto o que parece estar a ocorrer actualmente, sendo de referir a acção da Associação Industrial de Águeda que, entre muitas outras iniciativas, tem desenvolvido uma forte campanha de divulgação do potencial industrial do concelho, dinamizando a procura de mercados externos e a subcontratação internacional — assim «desactualizando» a caracterização dos circuitos de comercialização da produção que acima esboçamos.

Sumariando o que temos vindo a dizer, poderemos referir que, embora o processo de industrialização tenha em ambos os concelhos uma história já longa, ele desenvolveu-se num quadro que manteve, no essencial, as características rurais (nomeadamente a manutenção da actividade agrícola). Fizemos por várias vezes referência à importância que tal quadro assumiu no moldar da própria natureza do aparelho produtivo local. É agora tempo de analisarmos, ainda que brevemente, as alterações que tiveram lugar na actividade produtiva agrícola.

### 3. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

As referências sucintas que farei ao processo de desenvolvimento agrícola são baseadas numa análise mais detalhada apresentada noutra trabalho (ROSA PIRES, 1983, p. 50-75). Convirá começar por referir que as percentagens de população economicamente activa no sector primário de Águeda e da Feira escondem a verdadeira dimensão e relevância que a actividade agrícola assume em ambos os concelhos. Um primeiro indicador do que acabamos de afirmar poderá ser obtido pela comparação do número de produtores agrícolas individuais (*Recenseamento Agrícola do Continente, 1979*) com o

número de famílias residentes (*Recenseamento Geral da População, 1981*). De facto, e considerando as explorações com mais de 0,02 ha, a relação acima mencionada é de 67 % em Águeda e de 45 % na Feira (<sup>6</sup>), enquanto o valor nacional correspondente é apenas de 34 %. Poder-se-iam utilizar vários outros indicadores, todos eles reveladores da situação (aparentemente) «anómala» de concelhos com elevado índice de industrialização apresentarem simultaneamente fortes ligações com a actividade agrícola. Uma tentativa de compreensão dessa «anomalia» levar-nos-á, inicialmente, a procurar identificar as transformações que ocorrem no sector agrícola durante o já longo período de crescimento industrial e, seguidamente, a procurar estabelecer as linhas de influência intersectoriais que se tenham eventualmente desenvolvido.

O processo evolutivo do concelho de Águeda é particularmente interessante. O concelho é tipicamente de minifúndio e em 1953 (data em que foi realizado o primeiro recenseamento agrícola) cerca de 90 % das explorações tinham menos de 3 ha de área. A evidência empírica disponível permite distinguir a existência, desde então, de duas fases distintas no processo de desenvolvimento agrícola. A primeira, que se estende até meados dos anos sessenta, é caracterizada pela «expulsão» da terra de alguns destes pequenos produtores (<sup>6</sup>), enquanto outros se vêem obrigados a arrendar parcelas de terra para, aumentando a superfície de cultivo (e a jornada de trabalho), tentar garantir a sobrevivência. Contudo, com a década de sessenta e o crescimento industrial local, tem início a segunda fase do processo de desenvolvimento agrícola. Nesta, um número crescente de famílias e um número cada vez maior de pessoas, procura na indústria o desejado aumento de rendimento familiar que a actividade agrícola, por si só, se mostrava incapaz de proporcionar. Assim, constata-se desde então um aumento significativo dos produtores «muito pequenos» (isto é, cujas explorações têm menos de 3 ha), na sua esmagadora maioria possuindo outras fontes de rendimento.

---

(<sup>6</sup>) Estes valores significam que dois terços das famílias residentes em Águeda e cerca de metade das residentes na Feira estão ligadas a uma exploração agrícola (ainda que, eventualmente, de pequena dimensão).

(<sup>6</sup>) Convirá referir que os níveis de emigração no concelho de Águeda eram, na década de cinquenta, bastante elevados.

Verifica-se também que os pequenos produtores aumentam a proporção da área total possuída (em detrimento das diversas formas de arrendamento) e, em número significativo, deixam de arrendar parcelas «extra» de terra e passam a explorar apenas a área que lhes pertence. E são também as pequenas explorações que surgem com os maiores índices de mecanização, confirmando claramente a ausência de um processo de expulsão ou abandono da terra dos «produtores mais débeis».

A estes dados poderão juntar-se os de BORGES PIRES *et al.* (1984) que mostram que, em Águeda, as explorações familiares com pluriactivos na indústria são as que possuem mais elevados índices de capital fixo inanimado, registando as mais altas produtividades da terra e do trabalho, embora registem também a mais baixa produtividade dos consumos intermédios (BORGES PIRES *et al.*, 1984, p. 23). Será também oportuno referir os resultados de um inquérito conduzido em Águeda, no início da década de setenta, por RAUL DA CRUZ (citado em CARVALHO *et al.*, 1982, p. 68-72), onde se constata que 82 % dos 294 operários fabris inquiridos eram pluriactivos (80 % na agricultura e 2 % noutras actividades). Significativamente, a análise das transformações ocorridas na exploração agrícola após o início da actividade industrial revela três aspectos principais: i) a compra de mais adubos (32 % das explorações), ii) a compra de terra agrícola (25 %) e iii) a compra de máquinas e equipamentos (13 %). O inquérito de RAUL DA CRUZ revela ainda que 65 % dos operários pluriactivos que não possuíam exploração própria manifestaram intenção de a vir a ter, enquanto apenas 20 % manifestaram intenção contrária.

A evidência empírica sugere, portanto, que a haver tendências de diferenciação e de expulsão da terra dos produtores mais débeis, elas terão existido antes do processo de industrialização local assumir níveis significativos. Com o crescimento industrial, as famílias dos pequenos produtores (e não só) deixam de prolongar a sua jornada de trabalho na agricultura e, através duma divisão familiar do trabalho, fazem com que alguns dos seus membros participem na actividade industrial e daí obtenham rendimentos complementares — rendimentos esses que serão depois parcialmente utilizados no

melhoramento, ou mesmo na aquisição, da exploração agrícola (7).

A situação no concelho da Feira é um pouco diferente. O primeiro recenseamento agrícola (1953) tem lugar numa altura em que a actividade industrial registava já níveis bastante elevados. Assim, as tendências evolutivas do concelho da Feira poderão ser comparadas, em traços gerais, às que foram identificadas na segunda fase do desenvolvimento agrícola em Águeda. Há contudo o fenómeno «novo» da redução substancial do número das explorações agrícolas entre 1968 e 1979. Tal facto, a acentuar-se, significará o gradual desaparecimento de uma das bases de sustentação do crescimento industrial da Feira, tal como foi interpretado, o que implicará uma alteração radical na natureza das estratégias futuras de investimento industrial e/ou um possível alargamento da base territorial da industrialização difusa.

Importa sublinhar, no entanto, o facto de o número de explorações ter continuado a crescer, no concelho da Feira, até finais da década de sessenta, em paralelo com um acentuado crescimento industrial. A evidência disponível sugere que o processo de industrialização se tornou instrumental para que, através de estratégias familiares de pluriactividade, um elevado número de pequenos produtores tenha tido acesso à terra e/ou possibilidade de manter a pequena exploração. Não podemos pois deixar de referir que este facto vem evidenciar a fragilidade das propostas de desenvolvimento regional (e agrícola) que pressupõem que a criação de oportunidades de emprego não agrícola irá necessariamente aliviar a pressão sobre a terra e assim viabilizar a implementação de explorações segundo modelos herdados do pensamento desenvolvimentalista da década de sessenta. Uma outra face desta

---

(7) CARVALHO *et al.* (1982, p. 114-119) fazem uma análise da evolução duma pequena exploração (menos de 1 ha) cujo produtor é pluriactivo, no concelho de Vagos e para o período de 1974-80. E concluem que «a receita da família proveniente da exploração conjugada com os salários do chefe da família e um dos filhos permitiu notáveis benefícios quer no aparelho de produção da exploração quer no género de vida da família» (p. 116). Entre outros aspectos convirá sublinhar que o valor do autoconsumo se reduz de cerca de metade do valor da produção em 1974 para cerca de um terço em 1980.

questão é a necessidade, tão frequentemente ignorada, de realizar e orientar o potencial produtivo das pequenas explorações, a que não é estranha a existência de rendimento pecuniário suplementar e cujo valor ficou bem evidenciado no trabalho de BORGES PIRES *et al.* (1984).

#### 4. CONCLUSÕES

Pretendeu-se desenvolver, neste trabalho, uma primeira abordagem ao estudo do fenómeno da industrialização difusa em Portugal. Assim, e após uma breve referência a diferentes perspectivas teóricas sobre o fenómeno, procedeu-se a um estudo analítico da natureza e tendências evolutivas da estrutura industrial de dois concelhos da região de Aveiro. A evidência empírica disponível permitiu-nos concluir que ambos os concelhos eram caracterizados por um tipo de crescimento industrial diferente do modelo clássico de centralização e concentração do aparelho produtivo. De facto, tornou-se notório que, apesar de um já longo e intenso processo de industrialização, não houvera lugar a um crescimento urbano significativo e que na estrutura industrial local predominava o capital endógeno e o sector das pequenas e médias empresas. Para além disso, em ambos os concelhos se mantiveram, ou mesmo intensificaram, os vínculos à actividade agrícola, sendo esta de natureza essencialmente familiar e desenvolvida frequentemente em simultâneo com a actividade industrial.

Não se poderá concluir, contudo, que a natureza e as tendências evolutivas da estrutura industrial assumem, nos dois concelhos, características idênticas. Pelo contrário, foi evidente em várias situações a heterogeneidade relativa das dinâmicas de desenvolvimento dos dois concelhos, designadamente no que respeita à especialização sectorial, à intensidade de capital, às relações inter-empresas e às estratégias de produção e comercialização. Mas também se tornou evidente que seria errado pressupor que tais características se irão manter inalteradas num futuro próximo. Pelo contrário, foram não só identificados alguns sinais de mudança no período mais recente, como também ficou assinalada a «capacidade de transformação» evidenciada pela indústria local nas várias fases do processo de crescimento industrial.



A análise desenvolvida permitiu também destacar a importância que assume a actividade agrícola nos dois concelhos. Apesar de apenas ter sido possível fazer breves referências às transformações ocorridas no sector agrícola, foi sublinhado que se registaram profundas alterações na estrutura produtiva e que essas alterações de forma alguma sugerem uma crescente diferenciação entre a população agrícola e a expulsão dos produtores mais débeis. Pelo contrário, concluiu-se que o processo de crescimento industrial veio consolidar os vínculos à actividade agrícola através do aumento de rendimento familiar, que permitiu o acesso à terra e a compra de equipamento. Por outro lado, ficou também sublinhado que o próprio crescimento industrial beneficiou da manutenção desse vínculo. De facto, a evidência empírica recolhida reflecte níveis de remuneração continuamente inferiores aos valores nacionais, e a flexibilidade da mão-de-obra do sector corticeiro da Feira deixa também antever a existência de fontes complementares de emprego e/ou rendimento, entre as quais a actividade agrícola não deixará de ter importância assinalável. Para além disso foi sugerido que a manutenção dos vínculos à agricultura poderá constituir um veículo privilegiado de transmissão de valores culturais que, embora ultrapassando o domínio do «económico», nele se reflectem marcadamente — é o caso, por exemplo, da ausência ou pouco significado dos conflitos laborais. Deverá reconhecer-se que a metodologia de investigação adoptada se ressentia da ausência de métodos de investigação «intensiva» (SAYER, 1984; SAYER e MORGAN, 1985), não nos permitindo portanto aprofundar a análise das últimas questões afloradas.

Os resultados da análise vêm apoiar, no essencial, as perspectivas de BAGNASCO e PACI. De facto, não se confirmaram os pressupostos do carácter «passivo» da industrialização local e das relações de «dependência produtiva» em relação ao exterior, que caracterizavam as perspectivas de MINGIONE e LIPIETZ. Pelo contrário, ficou bem vincado o elevado grau de autonomia do crescimento industrial local e a dinâmica «endógena» de que está animado. Não quer isto dizer, contudo, que não seja de levantar reservas à perspectiva de BAGNASCO quando afirma a capacidade de «auto-reprodução» da economia periférica. Aceitar tal facto poderá conduzir à ideia de que

a industrialização difusa é como que uma estrutura autónoma com as suas próprias leis de transformação e reprodução, ideia que nos parece longe de ser correcta. Aliás, uma importante contribuição de LIPIETZ e MINGIONE é a chamada de atenção para o elo de ligação entre as transformações a nível local e as tendências evolutivas de carácter mais geral, a nível nacional ou internacional, ou ainda de natureza a-espacial (por exemplo, inovações do processo tecnológico *versus* formas de industrialização).

Por fim, sublinharei duas questões. A primeira relaciona-se com o sector agrícola e as transformações nele verificadas nas últimas décadas. Elas demonstram claramente que, se por um lado a criação de oportunidades de emprego não alivia necessariamente a pressão sobre a terra, por outro lado, as (pequenas) empresas agrícolas resultantes de estratégias de pluriactividade têm um potencial produtivo assinalável e estão longe de se limitar a meros objectivos de autoconsumo. A segunda questão relaciona-se com o sector industrial e com a dinâmica evolutiva e capacidade de transformação nele constatadas. Cremos ter ficado amplamente demonstrado que se o crescimento industrial continua a ter um carácter endógeno, de forma alguma está «preso» a modelos de crescimento extensivo e de baixa produtividade. O que ressalta de ambas as questões agora referidas, e em termos de política de desenvolvimento, é a necessidade de consciencializar o potencial produtivo de ambos os sectores, e atentar nas necessidades específicas que cada um deles revela em relação aos modelos clássicos de desenvolvimento sectorial.

A aceitação desta perspectiva na elaboração de estratégias de desenvolvimento deverá conduzir a uma reapreciação crítica da forma como são utilizados e se articulam os instrumentos de política tradicional. Por outro lado, deverá também conduzir a uma procura de novos instrumentos que melhor respondam à especificidade e às diferentes necessidades da dinâmica evolutiva das pequenas e médias empresas. Embora a análise desenvolvida não permita, por si só e como é notório, a fundamentação rigorosa de propostas de política, permite contudo adiantar algumas sugestões cujo carácter ilustrativo não poderemos deixar de sublinhar.

Adoptando as directrizes acima indicadas, começarei por referir a necessidade de reapreciar a política urbana tradicional de zonamento, que poderá constituir um sério obstáculo à formação de novas (pequenas) empresas (FUA, 1983, p. 35; ZACCHIA, 1983, p. 189). Outra das áreas principais de possível intervenção será a dos Serviços Industriais, que as pequenas empresas, quase por definição, não podem suportar isoladamente. Assim, parece-nos de especial relevância a institucionalização a nível sub-regional de serviços de apoio à produção, que envolvam não só o apoio à gestão corrente como também à própria definição de estratégias de produção e comercialização (desenvolvimento das relações de complementaridade produtiva inter-empresas, procura de mercados «intersticiais», etc.). Estes serviços deveriam ainda assumir funções de análise, monitorização e divulgação de informação sobre a estrutura económica local. A informação assim obtida permitiria fundamentar não só as acções de apoio acima referidas como também a própria definição de acções de intervenção planeada no processo de desenvolvimento local. Mais ainda, essa informação poderia ser utilizada por eventuais institutos/escolas de formação técnica que procurariam dar resposta a desajustamentos ou a carências locais de mão-de-obra especializada.

Finalmente, não poderá ser esquecida a criação ou manutenção das condições de «estabilidade» da industrialização difusa, que passam, como vimos, pelos vínculos à actividade agrícola. Este facto vem chamar a atenção para as consequências do impacte ambiental, e nomeadamente da poluição causada por algumas actividades industriais, que vem pôr em risco a viabilidade da actividade agrícola. Para além disso, uma política agrícola voltada para as necessidades das pequenas explorações, nomeadamente em termos de procura de mecanização adequada, poderá vir a potenciar a indústria transformadora local/regional — numa perspectiva intersectorial que os serviços de apoio à produção, acima referidos, deveriam desenvolver. Este trabalho aponta pois para a possibilidade (de alguns segmentos) do «lobby» industrial não ficar indiferente às grandes opções de política agrícola nacional. Por outro lado, julgamos ter evidenciado a inviabilidade (e os custos) de políticas de desenvolvimento agrícola que adoptem

como ponto de referência «modelos feitos, pré-figurados» (LOURENÇO, 1985, p. 29), e não a realidade social e económica sobre que se pretende actuar.

Agradecimentos: Gostaria de expressar o meu reconhecimento à Comissão Permanente INVOTAN pelo apoio financeiro à investigação que serviu de base a este trabalho, e a PHILIP COOKE pelo valioso apoio científico que então prestou. Ao colega PAULO PINHO, o meu agradecimento pelos comentários críticos a versões provisórias deste texto.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNASCO, A. (1977) — *Tre Italie*, Il Mulino, Bologna.
- (1981) — «Labour Market, Class Structure and Regional Formations in Italy», *International Journal of Urban and Regional Research*, 5, p. 40-45.
- BAKLANOFF, E. N. (1979) — «The Political Economy of Portugal's Old Regime: Growth and Change Preceding the 1974 Revolution», *World Development*, 7, p. 799-811.
- BORGES PIRES, C.; CRUZ, R. e MONTEIRO, C. B. (1984) — *Operários-Agricultores: O Caso de Águeda*, CEEA, Fundação Calouste Gulbenkian Oeiras.
- CARNEY, J.; HUDSON, R. e LEWIS, J. (Org.) (1980a) — *Regions in Crisis*, St. Martin, New York.
- (1980b) — «New Perspectives in European Regional Theory: Some Introductory Remarks», in CARNEY *et al.* (1980a), *op. cit.*
- CARVALHO, A.; BARROS, V. C. e ROCHA, J. R. (1982) — *Que Futuro Para a Produção Leiteira: Grande ou Pequena Exploração?*, CEEA, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras.
- CCRN (1979) — *Contribuições para o Estudo do Sector da Cortiça na Região Norte*, Comissão de Coordenação da Região Norte, Porto.
- COOKE, P. e ROSA PIRES, A. (1985) — «Productive Decentralisation in Three European Regions», *Environment and Planning A*, 17, p. 527-554.
- CRISTOVAM, M. L. (1982) — *Conflitos de Trabalho em 1979 — Breve Análise Sociológica*, Ministério do Trabalho, Lisboa.
- FERRÃO, J. (1983) — «Alguns Aspectos Regionais da Evolução Recente da Indústria Transformadora em Portugal». Comunicação apresentada no Seminário sobre *Perspectivas do Desenvolvimento Industrial Português*, organizado pela APEC.
- FUÀ, G. (1983) — «L'Industrializzazione Nel Nord Est e Nel Centro», in FUÀ, G. e ZACCHIA, C. (Orgs.), *op. cit.*
- FUÀ, G. e ZACCHIA, C. (Org.) (1983) — *Industrializzazione Senza Fratture*, Il Mulino, Bologna.

- INE (vários anos) — *Recenseamentos Gerais da População*, Lisboa.
- INE (vários anos) — *Recenseamentos Agrícolas*, Lisboa.
- INE (vários anos) — *Recenseamentos Industriais*, Lisboa.
- INE (vários anos) — *Estatísticas Industriais*, Lisboa.
- LIPIETZ, A. (1977) — *Le Capital et son Espace*, Maspero, Paris.
- (1980) — «The Structuration of Space, The Problem of Land, and Spatial Policy», in CARNEY *et al.* (1980a), *op. cit.*
- (1983) — «Sur les Fordismes Peripheriques de l'Europe du Sud». Comunicação apresentada no Seminário sobre *Integração Europeia: Problemas Urbanos e Regionais*, Naxos.
- LOURENÇO, J. S. (1985) — *Agricultura de Qualidade em Zonas Minifundiárias*, CEEA, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras.
- MARTINS, A. N.; FIGUEIREDO, C.; SANTANDRE, J. e BRANDÃO, M. (1985) — «O Reordenamento Espacial da Economia Portuguesa nos Anos 70», in *Expresso, Suplemento*, 27 de Abril.
- MASSEY, D. (1979) — «In What Sense a Regional Problem», *Regional Studies*, 13, p. 233-243.
- MINGIONE, E. (1981) — *Social Conflict and the City*, Basil Blackwell, Oxford.
- (1983) — «Informalization, Restructuring and the Survival Strategies of the Working Class», *International Journal of Urban and Regional Research*, 7, p. 311-339.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO (s/ data) — *Quadros de Pessoal*, Lisboa.
- PACI, M. (1981) — *La Struttura Sociale Italiana*, Il Mulino, Bologna.
- PINTADO, V. X. (1964) — *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, EFTA.
- REIS, J. (1985) — «Modos de Industrialização, Forças de Trabalho e Pequena Agricultura», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, p. 225-260.
- (1986) — «L'Articulation Agriculture/Industrie et les Nouvelles Dynamiques Régionales au Portugal». Comunicação apresentada no 13.º Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga.
- ROLO, J. M. (1977) — *Capitalismo, Tecnologia e Dependência em Portugal*, Presença, Porto.
- ROSA PIRES, A. (1983) — *Rural Diffuse Industrialisation in Portugal: the case study of Agueda and Feira*, Dissertação de M.Cs, não publicada, UWIST, Cardiff.
- ROSA PIRES, A. (1985) — «A Pluriactividade Agrícola e as Políticas Integradas de Desenvolvimento Regional». Comunicação apresentada no Seminário sobre *Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local*, organizado pela CCRC, Coimbra.
- SAYER, A. (1984) — *Method in Social Science*, Hutchinson, Londres.
- SAYER, A. e MORGAN, K. (1985) — «A Modern Industry in a Declining Region: Links Between Method, Theory and Policy», in MASSEY, D. e MEEGAN, R. (Org.), *Politics and Method*, Methuen, Londres.
- ZACHIA, C. (1983) — «Pianificazione Territoriale e Insediamenti Industriali», in FUA e ZACHIA (Orgs.), *op. cit.*

## RÉSUMÉ

*Industrialisation diffuse et modèles de développement: une étude dans le district d'Aveiro.* La méthode d'industrialisation diffuse est normalement citée comme un modèle de développement alternatif au modèle classique de développement industriel. Le présent article est un exposé introductif à l'étude de l'industrialisation diffuse au Portugal. Ainsi, après une brève référence à différentes perspectives théoriques sur le phénomène, on a développé une étude analytique sur la nature et les tendances évolutives de la structure industrielle de deux *concelhos* (cantons) du district d'Aveiro.

La documentation disponible a permis de conclure que chacun des deux *concelhos* est caractérisé par un type de croissance différent de celui du modèle classique de centralisation et de concentration de l'appareil productif. Toutefois, l'analyse a montré aussi que la nature et les tendances évolutives de la structure industrielle dans les deux *concelhos* prennent des caractères nettement différenciés. En outre, bien que la croissance industrielle ait un caractère nettement «endogène», il apparaît clairement, qu'il ne reste nullement prisonnier de modèles de croissance extensive et de faible productivité.

L'analyse effectuée a également permis de souligner l'importance assumée par l'activité agricole dans les deux *concelhos*; ce qui suggère que c'est le système de croissance industrielle lui-même qui, par des stratégies familiales de pluriactivité, a permis le maintien et l'intensification des liens à l'activité agricole. Il est à remarquer aussi que, malgré leur tendance à être petites et même minuscules, les exploitations agricoles sont normalement bien équipées et ne sont pas nécessairement vouées à de simples stratégies d'autoconsommation.

On souligne enfin que, en ce qui concerne la politique de développement, il devient nécessaire de prendre conscience du potentiel productif, tant du secteur agricole que du secteur industriel et de répondre aux besoins spécifiques que chacun d'eux montre vis à vis des modèles de développement sectoriel. Dans cette perspective, ont été ébauchées quelques suggestions concernant des instruments de politique, qui correspondent mieux, à mon avis, aux nécessités et spécificités de la dynamique évolutive de la structure socioéconomique locale que cet article a identifiées.

## SUMMARY

*Diffuse industrialization and «models» of development: a study in Aveiro's district.* The process of diffuse industrialization is normally pointed out as an alternative to the classic model of industrial development. This work means to be an introductory approach to the study of diffuse industrialization in Portugal. So, and after a brief reference to different theoretical perspectives about the phenomenon, an analytical study was developed about the nature and evolutionary tendencies of industrial structure in two municipalities (*concelhos*) of Aveiro's district.

The available empirical evidence allowed for the conclusion that both municipalities were characterized by a process of industrial development, different from the classical model of centralization and concentration of the productive system. However, the analysis also showed that the nature and evolution tendencies of the industrial structure in the two municipalities assume rather different characteristics. Furthermore, it was pointed out that despite the clearly endogenous character of the industrial development there is no intrinsic linkage to models of extensive growth and low productivity levels.

The analysis also pointed out the relevance of agricultural activity in the two municipalities suggesting that it was the very process of industrial development that, through family strategies of pluriactivity, permitted the maintenance or even the intensification of links to agricultural activity. It is also stressed that the local agricultural exploitations being predominantly small, or even very small, are normally well equipped and are not exclusively to self consumption strategies.

Finally it is emphasized that in terms of orientated development policy it is necessary to be conscious of the productive potential of both the industrial and agricultural sectors, and of the specific necessities that each one of them reveals in relation to classical models of sectorial development. In this perspective, some suggestions are made about instruments which are thought to be more adequate to the needs and specificities of the evolutive dynamics of the local socio-economic structure, that this work permitted to identify.